

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E
CONTÁBEIS – ICEAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Natalia Eduarda Federau Duck

**OS DESAFIOS PARA O AUMENTO DO NÍVEL DE COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE 2010 E 2014**

**Rio Grande
2015**

NATALIA EDUARDA FEDERAU DUCK

**OS DESAFIOS PARA O AUMENTO DO NÍVEL DE COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE 2010 E 2014**

*Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Rio Grande.*

*Orientadora: Prof^a Dr^a Audrei Fernandes
Cadaval.*

**Rio Grande
2015**

Natalia Eduarda Federau Duck

**OS DESAFIOS PARA O AUMENTO DO NÍVEL DE COMPETITIVIDADE
DA INDÚSTRIA BRASILEIRA ENTRE 2010 E 2014**

*Monografia apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade
Federal do Rio Grande.*

Aprovada em Junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

**Prof^a. Dr^a. Audrei Fernandes Cadaval – Orientadora – Universidade Federal do
Rio Grande**

Prof^a. Msc. Patrícia Franzoni – Membro – Universidade Federal do Rio Grande

**Prof. Dr. Rodrigo Peres de Avila – Membro – Universidade Federal do Rio
Grande**

RESUMO

A análise aqui referenciada faz um breve histórico do desenvolvimento/construção da indústria brasileira, passando pelas fases marcantes do processo, chegando aos tempos atuais, onde são observadas mudanças quanto aos principais objetivos da política industrial. Objetivos estes que são marcados atualmente como desafios contemporâneos em busca da inserção da produção brasileira no mercado consumidor mundial. A competitividade da produção nacional consiste no maior destes desafios. Para o melhor desenvolvimento da competitividade é imprescindível o desenvolvimento dos fatores (disponibilidade e custo de mão de obra; disponibilidade e custo de capital; infraestrutura e logística; peso dos tributos; ambiente macroeconômico; ambiente microeconômico; educação; e, tecnologia a inovação) que a condicionam, como se pode perceber ao longo do trabalho. Através dos métodos descritivo e explicativo são extraídos dos relatórios emitidos pela Confederação Nacional da Indústria, os fatores que são fontes deste estudo. Numa análise comparativa o Brasil juntamente com outros 14 países é classificado segundo os resultados das variáveis que compõem os fatores nos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014, anos em que a CNI publicou estes relatórios. Os resultados destas variáveis, as quais não obtiveram grandes avanços nos últimos 5 anos, deixam o Brasil em posição delicada se comparado ao outros países.

ABSTRACT

The analysis referenced here is a brief history of development / construction of Brazilian industry, through the striking stages of the process, reaching present times, where changes are observed regarding the main objectives of industrial policy. These goals that are currently marked as contemporary challenges in search of Brazilian production insertion in the global consumer market. The competitiveness of domestic production is the largest of these challenges. For the best development of competitiveness is essential to develop the factors (availability and cost of labor; availability and cost of capital, infrastructure and logistics; weight taxes, macroeconomic environment, microeconomic environment, education, and technology innovation) that the condition, as can be seen throughout the work. Through descriptive and explanatory methods are extracted from reports issued by the National Industry Confederation, the factors that are sources of this study. A comparative analysis of the Brazil along with other 14 countries are classified according to the results of the variables that make up the factors in the years 2010, 2012, 2013 and 2014, years in which the CNI published these reports. The results of these variables, which achieved no major breakthroughs over the past five years, leaving the delicate position in Brazil compared to other countries.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
LISTA DE TABELAS E QUADROS	8
1 INTRODUÇÃO	8
2 ECONOMIA INDUSTRIAL E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.....	12
2.1 Fundamentação teórica	12
2.2 Política industrial no Brasil: dos anos 30 aos 70	15
2.3 Processo de substituição de importações (PSI)	17
2.4 Plano de Metas e II PND: exemplos favoráveis de política industrial.....	19
2.5 Programas de política industrial mais recentes	21
2.5.1 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).....	21
2.5.2 Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)	21
2.5.3 Plano Brasil Maior (PBM).....	22
3 MEDIDAS DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA	24
3.1 Relações de trabalho	24
3.2 Financiamento	25
3.3 Desenvolvimento de mercados.....	26
3.4 Tributação	27
3.5 Inovação e Produtividade	28
3.6 Infraestrutura	28
3.7 Educação	29
3.8 Eficiência do Estado	30
3.9 Ambiente macroeconômico	30

3.10 Segurança jurídica	31
4 DESAFIOS PARA O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA	33
4.1 Relatórios Competitividade Brasil	33
4.2 Avaliação da posição do Brasil entre 2010 e 2012	43
4.3 Avaliação da posição do Brasil entre 2012 e 2013	44
4.4 Avaliação da posição do Brasil entre 2013 e 2014	44
5 CONCLUSÃO	46

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - A estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939.....	19
QUADRO 1 – Fatores que condicionam a competitividade e as variáveis associadas.....	35
QUADRO 2 – Disponibilidade e custo de mão de obra.....	36
QUADRO 3 – Disponibilidade e custo de capital.....	36
QUADRO 4 – Infraestrutura e logística.....	37
QUADRO 5 – Peso dos tributos.....	38
QUADRO 6 – Ambiente Macroeconômico.....	39
QUADRO 7 – Ambiente Microeconômico.....	39
QUADRO 8 – Educação.....	40
QUADRO 9 – Tecnologia e inovação.....	41
QUADRO 10 – Evolução da posição do Brasil no conjunto dos países Selecionados.....	42

1 INTRODUÇÃO

Nesta monografia é desenvolvida uma pesquisa desde os primeiros momentos (nascimento) da indústria nacional brasileira, observadas as suas etapas quanto à introdução e aplicação de políticas industriais com o objetivo, cada qual no seu período, de acompanhar o mercado mundial e de desenvolver produtos que possam ter espaço nesse comércio. Cada estágio apresentado tem seus desafios e, com isso, pode-se observar a estratégia desenvolvida pelo Estado a fim de superá-los.

Chega-se aos tempos atuais, onde o mercado globalizado se desenvolveu em velocidade acelerada e repleto de novos métodos produtivos. Consequência disso tem-se conhecimento de produtos inovadores a cada instante, os quais desafiam a indústria brasileira quanto à competitividade de seus produtos no mercado mundial. E os desafios presentes nesses novos tempos consistem em desenvolver uma economia que tenha essa capacidade de utilizar todos os recursos com a maior eficiência possível em prol de aumentar o nível competitivo de sua produção.

O questionamento inicial que empenha essa monografia é: quais os principais desafios para o aumento da competitividade da indústria brasileira? E, após essa, surgem outras: 1) como estes desafios estão inseridos nas políticas econômicas a favor do desenvolvimento da indústria; e, 2) quais os principais resultados dos fatores que servem de medida para a competitividade? Conjuntamente com o objetivo de relacionar a teoria às respostas para os questionamentos anteriores pretende-se ressaltar a importância de elevar o nível competitivo da indústria brasileira, mostrando quais os desafios que a economia e as indústrias precisam ultrapassar em favor do desenvolvimento da competitividade.

Gil (1991) classifica a pesquisa, com base em seus objetivos gerais. Estão sendo usadas no fundamento teórico deste trabalho, duas, das três diferentes classificações por ele apresentadas, as quais podem ser exploratórias, descritivas e explicativas. Para Gil (1988), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a

descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

E, assim são classificadas as pesquisas explicativas, segundo Gil (1991, p.39):

São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Classifica ainda, segundo o delineamento da pesquisa, o que consiste em caracterizar a pesquisa segundo os procedimentos técnicos para a coleta e análise de informações. Podem-se encontrar as chamadas fontes de papel e aquelas onde se obtêm os dados através de pessoas. Aqui será usada somente a primeira que compreende a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, segundo Gil (1991). Ainda em relação às fontes bibliográficas e documentais, Gil (1991, p.43) explica: “[...] podem proporcionar melhor visão do problema ou, então, elaborar hipóteses e serem verificadas por outros meios”.

O principal método, merecedor de destaque, utilizado neste trabalho é o descritivo, o qual está sendo utilizado como o principal meio de obtenção de informações teóricas e históricas aqui relacionadas. Este visa à pesquisa através de observação de um sistema do qual o pesquisador, que não deverá interferir, encontra a estruturação e o funcionamento de um fenômeno. Deste fenômeno pode interpretar os resultados e criar hipóteses através destes.

Juntamente com o anterior, deve ser mencionado o método de pesquisa explicativo. Aqui de uma forma sucinta pode ser observado quando usado para registrar e analisar os fatos em estudo, e identificar suas causas. Tem como objetivo encontrar o “por que” das coisas.

Através de um resumo de assunto e analisando fontes “de papel”, dos quais foram obtidos todos os dados presentes nesta análise, constituem, praticamente em sua totalidade, uma pesquisa bibliográfica (livros de referência, livros de leitura, periódicos, artigos para discussão e dissertações).

Desenvolve-se uma retrospectiva no desenvolvimento da indústria brasileira com o intuito de observar em qual atmosfera e quais os meios – políticas governamentais - utilizados para que se desenvolvesse a indústria brasileira desde

os anos 1930 até a atualidade. Após é analisado o período recente, de 2010 a 2014, do qual são extraídos os resultados dos fatores: 1) disponibilidade e custo de mão de obra; 2) disponibilidade e custo de capital; 3) infraestrutura e logística; 4) peso dos tributos; 5) ambiente macroeconômico; 6) ambiente microeconômico; 7) educação; e 8) tecnologia e inovação. Considerados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), como os fatores de desenvolvimento da competitividade, os quais deixam clara a sua importância para o crescimento e uma melhora na posição do Brasil no comércio internacional.

Primeiramente é apresentada uma revisão de literatura a qual pretende explicar, através do uso de Manuais Econômicos e registros bibliográficos de autores referências no assunto, no que consistem as políticas industriais, quais suas principais características, descrevendo como estas agem numa economia, juntamente com seus principais instrumentos utilizados pelos líderes da economia para promover o desenvolvimento da indústria através do aumento do nível de competitividade dessa indústria. Além disso, é apresentada a ideia na qual se concentra essa análise, a importância do desenvolvimento da competitividade das indústrias para um melhor posicionamento diante do mercado globalizado, finalidade principal dos programas atuais de política industrial que mostram quais os fatores contemporâneos considerados importantes pelo governo a fim de elevar o nível competitivo da indústria nacional.

No segundo capítulo é construído um breve histórico da experiência brasileira quanto às políticas industriais implantadas com a intenção de alcançar o real desenvolvimento da atividade industrial no Brasil. Este capítulo nos traz informações econômicas sobre a política industrial que o governo brasileiro vem aplicando desde os anos 1930 e como os agentes vinham respondendo a estas políticas.

São abordados, no capítulo seguinte, os conceitos dos fatores: disponibilidade e custo de mão de obra; disponibilidade e custo de capital; infraestrutura e logística; peso dos tributos; ambiente macroeconômico; ambiente microeconômico; educação; e, tecnologia e inovação, e destacada a importância de cada um. Estes fatores são considerados pela Confederação Nacional da Indústria como os fatores condicionantes para alcançar o desenvolvimento competitivo da indústria e são fontes dos últimos estudos sobre competitividade do órgão e serão observados, neste estudo, com o auxílio dos relatórios Competitividade Brasil 2010/2012/2013 e 2014.

Por fim, serão apresentados os resultados das variáveis que condicionam os fatores no período entre 2012 e 2014, e a posição que o Brasil se encontra num grupo composto de 14 países com características econômicas parecidas, permitindo uma análise da situação mais detalhada em cada um dos fatores nos anos de 2010, 2012, 2013 e 2014. Será destacada, ainda, a importância de elevar o nível competitivo, e isto quer dizer, alcançar melhores resultados em muitos dos fatores importantes que aqui serão apresentados. Através dessa análise podem-se tirar algumas conclusões sobre quais os fatores que representam os maiores desafios frente ao desenvolvimento de uma capacidade de competir da indústria nacional.

2 ECONOMIA INDUSTRIAL E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Neste capítulo, através da fundamentação teórica, constrói-se a base para o desenvolvimento desta monografia. A conceituação de política industrial e a observação destas políticas ao longo do desenvolvimento da indústria brasileira, relevando sua importância e seus principais efeitos, auxiliam no acompanhamento da análise proposta.

2.1 Fundamentação teórica

Políticas industriais são medidas tomadas pelos governos para proteger e fomentar a produção nacional. Têm como objetivos incentivar a produtividade industrial, aumentar a competitividade, aumentar empregos e renda, difundir tecnologia, aumentar a eficácia na utilização dos recursos naturais e, ainda, gerar crescimento econômico. São realizadas através de planos e metas projetadas mediante redução ou isenção tributária (com a finalidade de atrair investimentos), concessão de subsídios, redução de custos de transação, políticas de concorrência. Sob a visão de Kupfer e Hasenclever (2002), trata-se de um conjunto de ações públicas que, por meio de regulações e incentivos, visam atingir a estrutura produtiva com intenção de afetar a alocação de recursos, a conduta e o desempenho dos agentes da economia de um país.

As intenções dessas medidas consistem, ainda, em modernizar a infraestrutura da produção industrial e, como escreve Suzigan (1996, p. 7):

[...] a política industrial seria essencialmente uma forma de criar externalidades positivas (tecnológicas e pecuniárias) que propiciassem aumentos de produtividade (capital e trabalho) na economia como um todo. Esse aumento de produtividade, por sua vez, viabiliza o aumento de salário real e o crescimento da acumulação do capital sem pressão sobre os preços e, por fim, a melhoria do bem-estar social – objetivo de qualquer política pública e em particular da política industrial.

A política industrial abordada pela corrente desenvolvimentista está ligada a três condicionantes: 1) as características do país; 2) o tempo histórico, ou seja, o

conhecimento do estágio de desenvolvimento deste país; e 3) o contexto internacional.

O conceito desenvolvimentista caracteriza um Estado que estabelece como princípio de legitimidade a capacidade de promover e sustentar o desenvolvimento, entendido como a combinação de taxas de crescimento econômico altas e sustentadas, e mudança estrutural no sistema produtivo. (KUPFER e HASENCLEVER, 2002, p. 553).

Ainda põe todos os instrumentos de política econômica (monetária, fiscal e cambial; de comércio exterior; etc.) à disposição do objetivo de desenvolver a indústria, o que consiste em uma definição macro dos objetivos da política industrial, com o intuito de, como se refere Santos (2002), otimizar a qualidade dos fatores de produção trabalho, capital e recursos humanos, bem como o nível tecnológico do país.

Num contexto de estratégia industrial, realizada com a intervenção do Estado, tem-se relevante a manufatura como setor estratégico, que tem capacidade de dinamizar a economia, e o emprego do capital intelectual e a importação de tecnologias mais avançadas. O Estado, neste contexto, atua como protetor e apoiador da indústria nascente e essa indústria tem custos mais altos do que aquela outra já consolidada em outras economias, portanto quanto mais atrasado for o processo industrializante de um país maior será o intervencionismo estatal. Neste Estado, considerado desenvolvimentista, a política industrial beneficia o setor privado, a empresa nacional e prioriza o crescimento econômico, a concorrência e a produtividade.

Kupfer e Hasenclever (2002) ainda delibera que juntamente com a política industrial atuam as políticas macroeconômicas. A primeira é afetada pela segunda quando a política macroeconômica: 1) determina os preços relativos através da taxa de câmbio; 2) influencia o nível de investimento via taxa de juros; 3) sinaliza o poder do Estado quanto à disposição deste em investir em educação, infraestrutura, ciência e tecnologia. “[...] uma política industrial bem-sucedida pode facilitar a gestão da política macroeconômica por meio do aumento da eficiência e da produtividade na economia” (KUPFER e HASENCLEVER; 2002; p.558).

Apoiado em autores como Johnson (1984), Corden (1980), Adam e Bollino (1983), Suzigan, professor livre-docente e coordenador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Universidade de Campinas-

UNICAMP, em seu trabalho “Experiência histórica de política industrial no Brasil”, estuda, entre outros pontos, a prática de política industrial entre as décadas de 1930 e 1970. Caracteriza o Plano de Metas do governo Kubitschek (1956-1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979), do governo de Ernesto Geisel, como os dois períodos que merecem destaque como momentos em que o Brasil se aproximou mais da prática de política industrial num sentido amplo.

A literatura de política industrial construiu duas divisões para a aplicação de metas. A classificação consiste em; a) instrumentos de política industrial horizontal e b) instrumentos de política industrial vertical.

Para Ferraz, Mendes e Kupfer (2002) “as políticas industriais horizontais são aquelas que buscam melhorar o desempenho da economia na sua totalidade, sem privilegiar alguma indústria específica”. Esse tipo de política busca, segundo os autores, alterar o mecanismo geral de alocação de recursos na produção.

No que se refere às políticas industriais verticais, Ferraz, Mendes e Kupfer (2002) afirmam que estas políticas são as que “privilegiam deliberadamente uma indústria específica”, ou seja, a partir de decisões estratégicas, o Estado Nacional mobiliza os instrumentos disponíveis focalizando e privilegiando um conjunto de empresas, indústrias ou cadeias produtivas com o objetivo de modificar as regras de alocação entre os setores (esse tipo de instrumento de política industrial também é conhecido na literatura como políticas seletivas ou de *targeting*).

Segundo Veloso, Ferreira, Giambiagi e Pessôa (2013, p.382)

[...], define-se política industrial como um conjunto de ações voltadas para alterar a estrutura produtiva da economia de modo a incrementar a produção e a capacidade tecnológica e determinados setores ou atividades. [...], a política industrial é definida como seletiva, ou seja, está associada às políticas verticais, mas também pode incluir medidas horizontais de intervenção de mercado.

Segundo Souza (2012), variáveis como investimento em pesquisa e desenvolvimento e gastos com capital humano, explicam o crescimento da produtividade e, em consequência, o crescimento da economia. Educação de qualidade, treinamento de mão de obra, programas de saúde, marketing, novos produtos e processos, são instigantes do emprego e da produção. Em economias em desenvolvimento, como a brasileira, o sucesso de uma economia está

profundamente designado pela balança comercial manufatureira favorável. E na busca por um desenvolvimento sustentável da indústria brasileira, observa-se mais adiante, alguns fatores necessitam de um investimento a mais quando trata-se de atingir este objetivo: uma produção mais competitiva no mercado global.

Souza (2012, p.273) explica, “uma economia voltada às exportações obriga-se a adotar um conjunto de políticas coerentes, continuamente revisadas, para dar ao país as condições de enfrentar a concorrência externa e manter suas exportações em crescimento”. E as mais recentes teorias do crescimento econômico destacam o progresso tecnológico como meio de alavancar o crescimento de uma economia.

2.2 Política industrial no Brasil: dos anos 30 aos 70

Antes do processo industrializante acontecer de fato no Brasil, a economia brasileira era essencialmente agrária e a exportação de commodities agrárias consistia o topo da atividade econômica da época. Já nos anos 1960, o cenário era totalmente diferente, o Brasil estava vivendo um momento em que a produção industrial consistia o “motor” da sua economia. A agricultura ainda era prática econômica presente, porém, agora, em segundo plano.

O desenvolvimento industrial brasileiro, segundo Suzigan (1986), pode ser explicado e entendido através de quatro teorias diferentes, a teoria dos choques adversos, a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações, do desenvolvimento do “capitalismo tardio” e pela ótica de que a industrialização tenha sido concretizada através de políticas governamentais. A última das quatro teorias será abordada neste trabalho como impulsora da produção industrial no Brasil

O desenvolvimento industrial brasileiro contou com políticas governamentais, na forma de proteção aduaneira e concessão de subsídios à indústria, para iniciar de fato sua atividade no Brasil. No chamado Processo de Substituição de Importações (PSI) compreendido entre os anos 1930 e 1970, aproximadamente, concentram-se, segundo Fonseca (2009), ações de proteção da produção interna de bens não duráveis de consumo. No governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, apresentou efetivamente estratégias para fomentar a indústria nacional, priorizando

a produção de bens de consumo duráveis. Após este, no governo Ernesto Geisel, com o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), que visava, mais uma vez, proporcionar crescimento econômico via desenvolvimento da indústria nacional.

Ainda segundo Suzigan (1996), durante os governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso não houve criação de estratégias que objetivavam o desenvolvimento da indústria brasileira. A estabilidade econômica fazia, naquele tempo, o papel de “política industrializante”.

Em Behrman (1984) encontramos os objetivos da implantação da política industrial no país, os quais consistem no melhoramento do saldo da balança comercial e do balanço de pagamentos, através da substituição de importações especialmente e estímulo às exportações, aquisição de tecnologia nova e o ajuste do nível produtivo à capacidade do mercado interno.

As principais características das políticas industriais aplicadas no país, estas usadas com instrumentos de cunho vertical, o que quer dizer que privilegiam um setor da indústria específico, chamadas também de *targeting*, foram: 1) “Estado-empresário” (criação de empresas estatais); 2) Protecionismo (barreiras não tarifárias direcionadas à indústria nascente; 3) Investimento estrangeiro; e 4) Incentivos fiscais direcionados a alguns setores da indústria e, também, às regiões específicas (norte, nordeste e centro-oeste) com o objetivo de reduzir a desigualdade entre estas regiões.

Após a crise de 1930 é clara a expansão do setor industrial. Segundo Rego e Marques (2003), a economia se direcionava para o mercado interno aproveitando a crise do setor agroexportador e contando com uma ação favorável de política governamental. As cinco décadas decorrentes foram conhecidas como Processo de Substituição de Importações (PSI).

Dos anos 30 até os anos de 1970, as indústrias beneficiárias destes planos de desenvolvimento industrial, principalmente do Plano de Metas (1956-1961), eram “escolhidas” especificamente, como aponta Suzigan (1996). Indústrias de insumos básicos, como a siderúrgica, de papel e celulose, minério de ferro e alcacis, foram priorizadas neste primeiro momento (dos anos 30 aos 40). Foram incluídas, no governo Getúlio Vargas, neste programa de industrialização, as indústrias de química pesada, mecânica e elétrica pesada, transporte e construção naval.

Retorna em 1970, após um tempo “esquecida”, a elaboração de metas, no II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento), as quais alcançaram uma gama

maior de setores industriais: petroquímica, metais não ferrosos e, também, pela primeira vez, nos setores de bens de capital e indústria de tecnologia avançada, telecomunicações, armamentos, informática, energia nuclear e aeronaves.

2.3 Processo de substituição de importações (PSI)

O processo industrial ocorrido nesta época se estabeleceu em função da defesa da produção de café, a qual pretendia manter as exportações de café num nível razoável para que a renda interna não sofresse abalos significativos. Para a incipiente indústria interna de manufaturas, esta manutenção da renda interna e as mudanças nos valores dos produtos importados, trouxeram um desenvolvimento que contribuiu para que produtos produzidos internamente pudessem suprir essa demanda básica.

No ano de 1933, após dois anos difíceis, a indústria interna brasileira lidera a recuperação pós-crise. Segundo Fonseca (2009), que tem dados daquela época, o setor industrial cresceu cerca 11,2% entre os anos 1934-1937, comparado com o crescimento pouco maior do que 2% no mesmo período.

A indústria brasileira estava voltada para a produção de bens de consumo não duráveis (alimentos, tecidos e bebidas), mas não se restringia só a eles. “Os segmentos industriais que mais cresceram entre os anos 1933-1939 foram os de papelão e papel, metalurgia e minerais não metálicos.” (REGO e MARQUES, 2003)

TABELA 1 - A estrutura industrial brasileira em 1919 e 1939

(distribuição percentual do valor agregado total)

	1919	1939
Minerais não metálicos	5,7	5,2
Produtos de metal	4,4	7,6
Maquinário	0,1	3,8
Equipamento Elétrico	*	1,2
Equipamento de transportes	2,1	0,6
Produtos de madeira	4,8	3,2
Móveis	2,1	2,1
Produtos de papel	1,3	1,5
Produtos de borracha	0,1	0,7
Produtos de couro	1,9	1,7
Químicos	1,7*	*
Farmacêuticos	1,2*	*
Perfumes, sabonetes e velas	0,7*	*
Têxteis	29,6	22,2
Roupas e calçados	8,7	4,9
Produtos alimentícios	20,6	24,2
Bebidas	5,6	4,4
Fumo	5,5	2,3
Editoras e material gráfico	0,4	3,6
Diversos	3,5	1,0
Total	100	100

* A porcentagem total de 1919 para essas três categoria foi de 3,6; em 1939, foi de 9,8.

Fonte: BAER, 1996.

O setor industrial brasileiro somente se tornou líder a partir dos anos 30. “As taxas anuais médias de crescimento de 1920-29, 1933-39 e 1939-45, respectivamente foram: agricultura -4,1%, 1,7% e 1,7%; indústria -2,8%, 11,3% e 5,4%,” (BAER; 1996; p.56). A tabela acima mostra um comparativo entre a produção industrial de 1919 e 1939. As indústrias, em 1919, são consideradas por Baer (1996), leves, produtoras de tecidos, roupas, produtos alimentícios, bebidas e fumo, as quais somam 70% da produção total. Até o ano de 1939 essas indústrias leves tiveram redução de 58% de sua produtividade e o surgimento de indústrias de produtos mais “pesados”, os chamados bens duráveis como: metalurgia, maquinários e eletrodomésticos. Essa evolução de indústrias leves para as mais “pesadas” caracteriza um processo evolutivo da industrialização, o que alavancou a economia.

O Estado Novo trouxe consigo a real intenção da instituição de uma política industrializante através da intervenção econômica. Os principais exemplos desta afirmativa são: a contratação de funcionários públicos criando a DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), a criação de órgãos executores como a Comissão de Defesa Nacional, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, o SENAI, o SESI, o IBGE, a Comissão do Vale do Rio Doce, entre outros, com o objetivo de fomentar suas culturas específicas e, outros, com o objetivo de tomar decisões e conduzir a administração racional.

A construção da siderúrgica de Volta Redonda tornou-se um símbolo, naquela época, da presença do Estado na produção de insumos básicos, fato que caracteriza o PSI.

Após os anos da Segunda Guerra Mundial, a processo industrial acarretou altos indicadores de desenvolvimento da economia. A taxa média de crescimento anual entre os anos de 1947-1942 foi superior a 6% e, durante o período de maior produção indústria de 1956-1962, chegou a alcançar crescimento de 7,8%, segundo Baer (1996).

2.4 Plano de Metas e II PND: exemplos favoráveis de política industrial

Suzigan (1996) mostra que nos dois períodos foram adotadas políticas econômicas de cunho industrializantes com forte interferência governamental, principalmente do Presidente da República.

O Plano de Metas refere-se ao período do governo Juscelino Kubitschek. Um plano efetivo para o desenvolvimento econômico através de estratégias que consistem num programa coordenado de investimentos públicos e privado, os quais eram responsabilidade de grupos executivos, da elaboração de diretrizes e metas industriais específicas. Deste período de implementação das instituições, dos órgãos e do estabelecimento da estratégia adotada para o fim de industrializar o país até o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento) conclui-se a organização constitucional específica e a coordenação para a efetivação da política.

No Plano de Metas, a indústria brasileira estava protegida pela implantação de tarifas aduaneiras, taxas elevadas e o câmbio atuando com taxas múltiplas. O

câmbio era ajustado periodicamente por meio de pequenas desvalorizações sequenciais.

O período entre os anos 1968 e 1973 ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, ganhando importância, trazendo de volta um cenário de desenvolvimento econômico em geral. Foram institucionalizados neste tempo os Planos Nacionais de Desenvolvimento, os quais, em destaque o II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), fizeram jus ao conhecido período de “milagre econômico”.

Vigoravam no II PND regimes especiais de importação com taxas reduzidas ou até algumas zeradas. A exportação de manufaturas recebia isenções fiscais, drawback, e pode contar ainda, a partir de 1960, com créditos fiscais e financiamentos subsidiados. Foram implantados programas especiais de exportação, superando a deficiência que afligia este setor.

Tanto o Plano de Metas, quanto o II Plano Nacional de Desenvolvimento são considerados por Suzigan (1996) como experiências de políticas pró-indústria e “consagram uma prática de política industrial e uma forma de organização institucional” (SUZIGAN, 1996, p. 14) na qual a indústria desenvolveu-se através de uma decisão política. No primeiro, a política industrial consolidou-se através de um sistema paralelo de administração, já no segundo, por uma centralização autoritária controlada pelo próprio Presidente da República. Nos dois casos o desenvolvimento industrial teve como orientação um plano com diretrizes e metas visando setores ou indústrias específicas previamente estabelecidas e que fora implementada por um órgão institucional, organizado desde os anos 30, estabilizando definições sobre financiamentos, fomento, regulação, planejamento, coordenação, implementação da política econômica industrializante.

Receberam estímulo através de políticas auxiliares (proteção à indústria, incentivos à exportação, subsídios às taxas de juros, etc.), contribuindo pra fomentar o investimento, o desenvolvimento de tecnologia e das regiões e setores industriais. Com isso, estabeleceram regulações nos assuntos de: investimentos em setores considerados estratégicos, capital estrangeiro, propriedade industrial, tecnologia, controle de preços e tarifas de bens e serviços e mercado de trabalho.

O benefício que o desenvolvimento industrial trouxe àquele tempo aos setores relacionados à infraestrutura do país (energia, telecomunicações, armazenagem, portos, urbanização e saneamento) foi de extrema importância para o crescimento

econômico do país. Possibilitou a estruturação de uma indústria de transformação e, com isso, o Brasil iniciou o desenvolvimento tecnológico originando uma incorporação de indústrias de tecnologia avançadas nunca vista até então no país.

2.5 Programas de política industrial mais recentes

Encontram-se neste subcapítulo os programas mais recentes com o intuito de desenvolver as áreas da indústria que necessitam de auxílio e incentivo governamental. Entre os principais objetivos pode-se observar a modernização tecnológica das indústrias, exportação e inovação.

2.5.1 Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

A PITCE foi lançada em 31 de março de 2004, com o objetivo de fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas.

Tendo como ponto central de política a inovação e a agregação de valor aos processos, produtos e serviços da indústria nacional.

Esta política atuou em três eixos: linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial, ambiente institucional), setores estratégicos (software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos) e em atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis).

2.5.2 Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

A PDP em continuidade à PITCE foi elaborada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com os ministérios da Fazenda e da Ciência e Tecnologia – além de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2008, com o objetivo de fortalecer a economia do país, sustentar o crescimento e incentivar a exportação.

Teve como princípios norteadores o diálogo com o setor privado e o estabelecimento de metas, necessário ao seu permanente monitoramento. Apresentou quatro macrometas que visavam: a) acelerar o investimento fixo, b) estimular a inovação, c) ampliar a inserção internacional do Brasil, e d) aumentar o número de micro e pequenas empresas exportadoras.

2.5.3 Plano Brasil Maior (PBM)

Instituído pelo governo federal, o PBM estabelece a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2014. Focando no estímulo à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social.

Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o PBM busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade, construindo um país mais próspero e inclusivo. Integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do governo cujas iniciativas e programas se somam num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda em benefício do povo brasileiro.

As principais medidas que o PBM estabelece são:

- a) desoneração dos investimentos e das exportações;
- b) ampliação de incentivos fiscais e facilidades de financiamento; e
- c) aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação;

Nos próximos capítulos alguns resultados quanto a essas medidas são analisados nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Para a Confederação Nacional da Indústria, a competitividade é dependente das ações das indústrias. E a empresa precisa de inovação, que pode ser compreendida pela entrada de um novo bem ou serviço, processo, modelo de negócio ou método, a fim de se obter ganhos produtivos e competitivos. Mas, alertam os relatórios do CNI, são necessárias ações para seguir esta trajetória para alcançar o nível competitivo com a velocidade com que é criado no mercado mundial. O desenvolvimento competitivo da indústria brasileira esbarra na

insuficiência da política industrial e as condições do comércio exterior e, como relata a CNI, esbarra na inexistência de um sistema que tenha foco na real necessidade do setor. “A cada momento da história há necessidade de se adaptar as instituições a desafios econômicos, tecnológicos, sociais e demográficos.” [Competitividade e crescimento - CNI 1998, p.11].

A indústria brasileira necessita aumentar sua capacidade de gerar e manter níveis de emprego, remuneração do trabalho e investimentos elevados. Os desafios requeridos para alcançar este objetivo, destacados pela Confederação Nacional da Indústria são:

- a) competitividade;
- b) firmação entre os principais polos manufatureiros do mundo;
- c) habilidade de inovação;
- d) estruturas institucionais e regras que garantam condições a competição no mercado mundial;
- e) geração de emprego e criação de condições sustentáveis de investimento e remuneração do trabalho;
- f) crescimento a partir do mercado interno;
- g) elevação da exportação;
- h) estabilização de redes de empresas e de grupos com capacidade produtiva, financeira e tecnológica desenvolvida;

3 MEDIDAS DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o direcionamento das políticas industriais mais recentes deixa de lado o objetivo antepassado de corrigir as falhas de mercado, para voltar-se a outras linhas de objetivo - àquelas intencionadas a criar condições para o desenvolvimento de empresas dotadas de capacidade de inovação, o fator fundamental para aumentar o nível competitivo no mercado internacional.

O estudo referenciado acima aponta que a formação de capital humano e a concepção de uma infraestrutura apropriada à inovação são indispensáveis para o desenvolvimento de determinados setores e são indispensáveis para o incremento futuro da competitividade.

A seguir faz-se uma caracterização dos fatores que servem de medida do nível de competitividade da indústria brasileira segundo a Confederação Nacional da Indústria, extraídos dos relatórios anuais de competitividade lançados pelo mesmo órgão.

3.1 Relações de trabalho

A modernização das relações trabalhistas é essencial para um ambiente mais favorável ao investimento produtivo, segundo a Confederação Nacional da Indústria. No Brasil, o aparato institucional que regula as relações do trabalho gera, segundo o Mapa Estratégico da Indústria (2013, p. 63) um ambiente pouco favorável aos negócios pelas seguintes razões principais:

a) legislação não permite diferentes modalidades de contrato, dificultando, por um lado, ajustes necessários à competitividade das empresas e, por outro, a inserção de indivíduos que almejavam um contrato mais flexível, como idosos, mulheres e estudantes;

- b) legislação inibe a negociação direta entre empregados e empregadores; e,
- c) há excesso de leis, que geram incerteza na sua aplicação, resultando, frequentemente, em disputas trabalhistas, resolvidas na Justiça do Trabalho, por sua vez lenta e custosa.

No Mapa Estratégico da Indústria: 2013-2022, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), as leis que regem as relações de trabalhistas brasileiras permanecem fundamentadas nas regras e normas que emergiram num contexto nacional completamente diferente, quando o processo de industrialização do país era mais simplificado, num estágio inicial, e prevaleciam barreiras ao comércio internacional e o quadro demográfico era diferente.

Em um cenário mundial mais competitivo, seguido de um contexto nacional onde estão presentes a estabilidade de preços e a abertura da economia, novas modalidades de contratação são requeridas para que se garanta maior flexibilidade às empresas e trabalhadores.

Ainda no Mapa da CNI encontra-se que a legislação trabalhista não é suficientemente flexível, não cria incentivos para as relações de trabalho de longo prazo e incentiva a rotatividade. Com a elevada rotatividade no Brasil, há desestímulos ao investimento da firma em capacitação e, pelo lado do trabalhador, desincentivos ao comprometimento com a empresa e com a carreira.

Outra interferência encontrada pela indústria é em relação ao custo do trabalho. Os encargos trabalhistas, que não envolvem benefícios diretos aos trabalhadores, aumentam os custos, reduzindo a competitividade e o incentivo a novos investimentos e contratações.

3.2 Financiamento

Informações do Mapa Estratégico da Indústria: 2013 - 2022 apontam que um dos fatores explicativos das elevadas taxas de juros no Brasil é o *spread* bancário, um dos mais altos do mundo (CNI, 2013b). As medidas anunciadas em 2012 para elevar a competição no setor bancário e reduzir a taxa de juros ao tomador final, inclusive por meio de corte de juros dos bancos comerciais públicos, resultaram em

redução dos *spreads*, em especial para pessoas físicas, com impacto sobre o juro médio do crédito livre para esta categoria. O *spread* bancário no país, entretanto, ainda está bem acima do padrão internacional.

As micro, pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades de acesso a serviços essenciais, entre eles o crédito, destaca a CNI.

Não obstante a importância que possuem dentro da economia do país, estas sofrem dificuldades mais acentuadas de acesso a financiamento, em particular se comparadas a empresas de grande porte. Dentre os principais entraves encontram-se questões relacionadas ao alto custo de transação dos empréstimos, às assimetrias de informação e à falta de garantias reais que dificultam o acesso ao Sistema Financeiro Nacional (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013 *apud* SEBRAE; IBQP; FGV, 2012, p. 71).

3.3 Desenvolvimento de mercados

Segundo a CNI, a competitividade das empresas é altamente influenciada pelo mercado. A participação no comércio internacional e nas redes globais de valor leva à ampliação da produtividade e a capacidade de inovação da indústria por meio de economias de escala, troca de conhecimento e acesso a mercados consumidores mais sofisticados, aponta o Mapa Estratégico da Indústria.

A CNI aponta que a complicação e a burocracia da legislação e dos procedimentos referentes ao comércio exterior inibem e geram custos adicionais aos empresários que desejam exportar seus produtos e a internacionalização de empresas brasileiras é componente importante na estratégia de inclusão internacional.

No rol das motivações para a internacionalização, vale mencionar a maior proximidade com os clientes, a necessidade de conquistar novos mercados, a disponibilidade de fontes internacionais de financiamento, a possibilidade de ultrapassar barreiras comerciais para acesso a mercados consumidores e o acesso à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. [...] Entre as dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras em seu processo de internacionalização, as relacionadas à área tributária aparecem com destaque. O modelo tributário brasileiro foi concebido para um país primordialmente importador de capitais, adotando práticas onerosas às empresas com investimentos no exterior ou em processo de internacionalização. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2013, p. 58).

Para que o Brasil possa ir atrás de estratégias com a finalidade de se integrar às no mercado global e se especializar em produção industrial com um maior valor

agregado e mais tecnológica, é exigido deste país um progresso no grau de especialização.

3.4 Tributação

Um sistema tributário custoso e complexo reduz a competitividade e desestimula investimentos, aponta a CNI. O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias comparado com países em estágios de desenvolvimento análogo. A intensa incidência de tributação sobre a produção de bens e serviços é complexa. Resultando disso é a comutatividade de tributos (onera o produto nacional nas fases de produção e comercialização, além de desestimular a terceirização e a especialização).

Como observado no Mapa Estratégico da Indústria: 2013 – 2022 (2013, p. 86),

[...] Não só a carga tributária é elevada e complexa no Brasil, como também o peso dos tributos sobre a produção e comercialização de bens e serviços é proporcionalmente maior do que em outros países, penalizando as atividades produtivas. Os tributos incidentes sobre bens e serviços no Brasil representam 43,6% da carga tributária total, enquanto os tributos sobre renda e propriedade representam 21,2% e 5,7%, respectivamente.

Ainda, segundo o Mapa, na indústria de transformação, os preços de mercadorias chegam a carregar 40,3% em tributos e esta alta tributação sobre o investimento produtivo configura um obstáculo ao setor industrial, principalmente no fato de ter um produto competitivo no mercado internacional e interno, aponta a CNI.

Informações do Mapa são de que existem hoje no Brasil mais de sessenta tributos nas esferas federal, estadual e município, e não bastando isso, a estrutura tributária é muito complexa. Tudo isso contribui para um sistema tributário ineficiente que inflige em elevados custos com a burocracia relacionada às obrigações tributárias o quê, muitas vezes, leva a empresa se manter na informalidade e a sonegar impostos.

Há muitas regras e mais de um tributo que incide sobre a mesma base – sobre o valor adicionado, por exemplo, incidem o ICMS, IPI, PIS/PASEP e COFINS. No caso da tributação do lucro das empresas, há dois tributos distintos: o imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p.87).

3.5 Inovação e Produtividade

Conforme a Confederação Nacional da Indústria, a produtividade é o fator determinante da competitividade e consiste no fator mais depende da ação da própria indústria. A empresa somente adquire, atualmente, ganhos contínuos de produtividade por meio da inovação, a qual pode caracterizar um produto ou serviço inovador, um processo, método ou modelo de negócio diferenciado no mercado.

Inovar depende de um ambiente institucional propício, formado por um conjunto de leis e regulamentos, incentivos, centros de pesquisa, universidades, laboratórios e fontes de financiamento. Também se fazem necessárias políticas que estimulem educação de qualidade, pesquisa científica e capacidade de gestão, que, combinadas, resultem na geração e na transformação do conhecimento em riqueza para a sociedade. [...] No âmbito da propriedade intelectual, deve-se agilizar e simplificar o processo de concessão de patentes e estimular a interação entre pesquisadores e empresas industriais (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p. 91).

A escassez de oferta, ou a informação sobre esta, de serviços tecnológicos, é a principal reclamação das empresas que têm intuito de inovar.

O necessário crescimento da oferta de serviços tecnológicos deve levar em conta a multidisciplinaridade dos desafios tecnológicos da indústria e a sinergia com outras instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Tais serviços precisam ser tecnologicamente adequados às exigências dos mercados das empresas industriais brasileiras, o que implica modernização das estruturas já existentes e aquisição de novos equipamentos, além da ampliação do número de centros prestadores de serviços, com foco em setores industriais mais relevantes, de acordo com a vocação industrial regional (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p. 93).

3.6 Infraestrutura

No Mapa, a CNI aponta,

Uma rede eficaz de transportes intermodal é fundamental para a competitividade da indústria. A logística eficiente permite a realização das entregas dos insumos de produção e a distribuição do produto industrial ao mercado com segurança e nos tempos adequados, ampliando a competitividade das empresas. Além da infraestrutura logística, a disponibilidade de energia elétrica e a existência de estrutura adequada de transmissão de dados em alta velocidade (banda larga), livre de oscilações e interrupções e a custos competitivos, são insumos essenciais aos

processos de organização e produção industriais (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p.76).

O investimento em melhorias na eficiência dos modais, principalmente as rodovias, portos e aeroportos, poderia colocar o Brasil frente a uma infraestrutura competitiva. Ao mesmo tempo, a eficiência logística depende da apropriada relação entre eles ao longo dos principais eixos logísticos que transportam bens manufaturados no país.

No que tange ao serviço de telecomunicações, o Brasil possui a segunda maior carga tributária do mundo incidente sobre o valor pago pelo usuário deste serviço (mais que o dobro da terceira colocada), segundo a CNI. O serviço de banda larga no país é caro e a velocidade da conexão é baixa, muitas vezes inferior à velocidade contratada pelo usuário, o que indica problemas de regulação do setor.

No quesito saneamento, o Mapa aponta que:

O acesso à água potável e a implantação de redes de esgoto refletem positivamente na qualidade de vida do trabalhador, o que gera aumento da sua produtividade e renda. Enquanto a distribuição de água potável atinge 81,1% da população brasileira, o atendimento em coleta de esgotos chega a somente 46,2%. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, de 2010, ao ano, 217 mil trabalhadores se afastam de suas atividades por problemas gastrointestinais ligados à falta de saneamento. (Mapa Estratégico da Indústria, 2013, p.81)

3.7 Educação

A produtividade do trabalho, segundo a CNI, também caracteriza um dos principais determinantes da competitividade da indústria. Equipes com boa formação e bem instruídas utilizam melhor os equipamentos, criam soluções para os problemas diários decorrentes do processo produtivo, são capazes dentre outras, criar/administrar inovações, atualizando os métodos e produtos.

Os problemas quanto à implantação dessa mão de obra qualificada são encontrados, principalmente, na baixa qualidade da educação básica, a oferta, ainda, ineficiente de ensino profissional/técnico e as lacunas, ainda presentes, apesar dos investimentos recentes, no ensino superior, os quais acabam restringindo a capacidade de inovação das empresas e, por consequência, a produtividade, com impactos expressivos sobre a competitividade das empresas brasileiras.

Entre as principais prioridades, segundo a CNI, para melhorias neste ponto estão:

- a) elevar o nível da educação básica;
- b) no ensino profissional, qualificar e aumentar a oferta deste; e,
- c) expandir a oferta de cursos/graduados em engenharia e processos industriais.

A educação profissional deve ser vista como uma via educacional orientada para as necessidades do mercado de trabalho, assim como indicado pela CNI. Apesar do avanço do ensino profissional nos últimos anos, ainda é insuficiente para suprir as necessidades das empresas e é uma das razões do baixo desempenho da indústria nacional. (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p.31)

3.8 Eficiência do Estado

A Confederação Nacional da Indústria aponta que um Estado ineficiente pode gerar dois efeitos principais sobre a competitividade: 1) remover recursos das empresas superiores ao necessário, reduzindo a sua eficiência, e 2) provém, em quantidade e qualidade inadequadas, bens públicos que deveriam provocar externalidades positivas como: educação, infraestrutura e segurança.

A ampliação da eficiência do Estado deve passar, segundo o Mapa, pela maior alocação dos recursos em investimento, com melhoras necessárias na composição do gasto público. Para isso, faz-se imprescindível aperfeiçoar a capacidade do Estado de planejar e realizar suas políticas e investimentos para então estar preparado para melhorar o nível competitivo.

3.9 Ambiente macroeconômico

Segundo a Confederação Nacional da Indústria,

Manter a estabilidade econômica e fundamentos econômicos sólidos, embora não garantam a competitividade e a alta na produtividade, são essenciais para promover um ambiente propício a negócios. (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p.37)

Considerado fundamental, para a CNI, é a redução da incerteza em relação ao futuro, e a condução de uma política macroeconômica sólida reduzem essa incerteza e geram maior confiança para investidores, principalmente quando o assunto passa pela estabilidade de preços, a qual é uma condição importante para processos de desenvolvimento sustentável e deve vir acompanhada de ações sobre as barreiras institucionais que atrapalham o crescimento dos investimentos, como apontam os relatórios de competitividade da CNI.

3.10 Segurança jurídica

Leis e regulamentações organizadas com transparência, estáveis e de fácil interpretação aumentam a capacidade das empresas de planejar seus investimentos e calcular os resultados de seus investimentos/ações. São considerados pela CNI pontos importantes que devem ser adotados pelo Estado, no que diz respeito à conduta em relação aos mercados: um comportamento coerente, estável e, em nenhum momento, contraditório em relação aos seus contratos, manter uma adequada atuação das instituições reguladoras e fiscalizadoras, o que implica em aprimorar o funcionamento das agências reguladoras do governo e buscar a redução no exagero de burocracia, a qual está presente em todas as fases da atividade empresarial.

Outro obstáculo pode ser percebido quanto aos processos do Judiciário,

O judiciário cumpre um importante papel de garantir o cumprimento das leis às quais as empresas são submetidas. Porém, quando a justiça é lenta na resolução de litígios, as partes envolvidas perdem confiança na capacidade de fazer valer seus direitos e deveres, o que acaba afastando investidores, restringe o crédito e aumenta o custo de operação das empresas. (MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA, 2013, p.50)

As maiorias dos temas acima referenciados estão incluídos num estudo que vem sendo realizado pelo CNI, através dos relatórios Competitividade Brasil, os quais têm publicação em 2010, 2012, 2013 e 2014 e apresentam, além de resultados de variáveis condicionantes de cada área econômica acima mencionada, um comparativo do Brasil com outros 13 países com características de mercado semelhantes. No próximo capítulo pode-se perceber como estes pontos, além da

inclusão de mais algumas variáveis relevantes, estão incluídos nos fatores de competitividade da indústria.

4 DESAFIOS PARA O AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Para a Confederação Nacional da Indústria a competitividade se refere à aptidão da empresa de igualar ou ultrapassar seus concorrentes na preferência dos consumidores. Esta pode ser avaliada a partir dos fatores que condicionam a capacidade das empresas no manejo eficaz dos mecanismos de competição que, de acordo com a CNI, são dois: preço e distinção do produto por meio de qualidade, inovação ou propaganda.

Condicionados pelo ambiente econômico e social do país, os fatores determinantes do nível de competitividade das empresas são:

- a) disponibilidade e custo de mão de obra;
- b) disponibilidade e custo de capital;
- c) infraestrutura e logística; e
- d) peso dos tributos.

E, aqueles que afetam indiretamente o desempenho das empresas e que são condicionantes dos anteriores:

- a) ambiente macroeconômico;
- b) ambiente microeconômico;
- c) educação; e
- d) tecnologia e inovação.

Neste capítulo são apresentados os relatórios utilizados na pesquisa e os principais resultados das variáveis dos fatores. O Quadro 1 estão elencados os subfatores relacionados aos fatores mencionados acima. Do Quadro 2 ao Quadro 9 são apresentados os resultados das variáveis que compõem cada um dos fatores, e no Quadro 10 visualiza-se a posição do Brasil em relação a 14 países selecionados em relação ao resultados dos fatores.

4.1 Relatórios Competitividade Brasil

Segundo a Confederação Nacional da Indústria, o tema competitividade tem merecido atenção devida frente à conjuntura de evolução do processo de globalização e da retirada progressiva das principais barreiras de comércio entre os países. Devido a isso, a CNI tem lançado periodicamente relatórios com o desempenho destes fatores, os quais foram determinados como condicionantes de capacidade competitiva fundamentados em pesquisas e trabalhos teóricos realizados nos últimos anos, com o objetivo principal de avaliar a evolução do poder competitivo da economia. Nestes relatórios estão selecionadas variáveis presentes em relatórios divulgados por entidades internacionais, direcionadas à realidade e ao estágio de desenvolvimento que se encontra o Brasil, e foi selecionado um conjunto de países que possuem características econômico-sociais e o seu posicionamento no comércio internacional, que compõem um referencial para avaliar o potencial competitivo das empresas brasileiras através de comparações dos níveis encontrados de cada variável estudada.

Nos relatórios os fatores, chamados aqui de condicionantes para avaliar o desempenho competitivo da economia, foram divididos em 16 subfatores, os quais estão associados a 51 variáveis, e o ponto de partida para a avaliação brasileira está no valor que assumem estas 51 variáveis no Brasil e em outros 14 países selecionados, conforme critérios foram apresentados no parágrafo anterior. Desse conjunto, 35 variáveis econômicas foram divulgadas em bancos de dados internacionais e nacionais e as outras 16 variáveis de natureza qualitativa provêm de enquetes realizadas por entidades internacionais e divulgadas nos relatórios *The Global Competitiveness Report*, do *World Economic Fórum*; *IMD World Competitiveness Yearbook*; *Connecting to Compete 2010. Trade Logistics in the Global Economy* e *Doing Business*, do Banco Mundial. O quadro a seguir apresenta os fatores que condicionam a competitividade e as variáveis associadas:

QUADRO 1 – Fatores que condicionam a competitividade e as variáveis selecionadas

Fatores	Subfatores	Número de variáveis
Disponibilidade e custo da mão de obra	* Custo da mão de obra * Disponibilidade da mão de obra	4
Disponibilidade e custo do capital	* Custo de capital * Disponibilidade do capital * Sistema financeiro	8
Carga tributária	* Carga tributária	4
Infraestrutura e logística	* Infraestrutura e transporte * Infraestruturas de energia e de telecomunicações * Alfândega e operadores	12
Ambiente Macroeconômico	* Ambiente macroeconômico	5
Ambiente Microeconômico	* Ambiente microeconômico	3
Educação	* Disseminação da educação * Qualidade do ensino * Gastos com educação	9
Tecnologia e inovação	* Apoio governamental * P&D e inovação nas empresas	6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2010).

Para avaliar o desempenho da economia brasileira, são analisados os efeitos das 51 variáveis. Após isso comparada e posicionada frente a um de 14 países, os quais são ordenados de acordo com os desempenhos dos fatores, baseados nestas variáveis e, então, classificados do melhor ao pior resultado. O quadro 2, que segue, apresenta a evolução, somente quanto à posição do Brasil dentro do conjunto dos países selecionados, nos 4 relatórios mais recentes: 2010, 2012, 2013 e 2014. (Nos relatórios Competitividade Brasil 2010 e 2012 o conjunto é composto de 14 países selecionados e nos relatórios Competitividade Brasil 2013 e 2014 estão selecionados 15 países).

A seguir reúnem-se os resultados nos últimos 3 anos das variáveis selecionadas (descrição das variáveis no Anexo 2):

QUADRO 2 – Disponibilidade e custo de mão de obra

Subfator	Variável	Ano		
		2012	2013	2014
Custo da mão de obra	Níveis de remuneração na indústria manufatureira (remuneração total do trabalhador por hora de trabalho - US\$)	5,32	4,00	3,70
	Produtividade do trabalho na indústria (PIB por pessoa ocupada na indústria - US\$)	21494,00	31000,00	31000,00
Disponibilidade de mão de obra	Participação da PEA na população (população economicamente ativa como percentagem da população total com mais de 15 anos)	69,90	69,90	69,80
	Crescimento da força de trabalho (variação percentual anual)	3,05	1,60	0,80

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

Observa-se que as variáveis “Níveis de remuneração na indústria manufatureira” e “Crescimento da força de trabalho” apresentam constante queda de 2012 até 2014. A probabilidade destas variáveis estarem influenciando na perda de posição no ano de 2013 em relação ao ano de 2012, observado no Quadro 10, é positiva.

QUADRO 3 – Disponibilidade e custo de capital

Subfator	Variável	Ano		
		2012	2013	2014
Custo do capital	Spread da taxa de juros (diferença entre a taxa de empréstimo e taxa de depósito)	32,89	32,90	19,60
	Taxa de juros real de curto prazo (taxa do mercado monetário ou taxas de operação de crédito do Banco Central)	4,10	1,80	9,70
Disponibilidade do capital	Facilidade de acesso a financiamento(1)	3,10	2,90	2,70
	Financiamento no mercado de ações local(2)	4,10	3,80	3,60
	Disponibilidade de venture capital(3)	2,80	2,70	2,60
Sistema financeiro	Ativos do setor bancário (percentagem do PIB)	114,10	123,00	122,20
	Classificação do crédito do país (classificação em uma escala de 1 a 100 pelo Institutional Investor Magazine)	70,90	60,70	67,70
	Disponibilidade de serviços financeiros(4)	5,50	5,30	5,20

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(1) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é obter um empréstimo bancário apenas com um bom plano de negócios, mas sem nenhuma garantia? (1 = muito difícil; 7 = muito fácil).

(2) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é levantar recursos emitindo ações no mercado de ações? (1 = muito difícil; 7 = muito fácil).

(3) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é para empresários com projetos inovadores, mas de risco obter venture capital? (1 = muito difícil; 7 = muito fácil).

(4) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: O setor financeiro em seu país oferece uma gama variada de produtos e serviços às empresas? (1 = nenhuma variedade; 7 = oferece uma ampla variedade).

No Quadro 10 observa-se que o Brasil mantém-se na penúltima posição no conjunto de países selecionados até o ano de 2013 e em 2014 cai para a última posição no fator “Disponibilidade e custo de capital”. Conforme podemos observar no Quadro 3 as variáveis “Taxa de juros real de curto prazo”, “Facilidade de acesso a financiamento” e “Classificação do crédito” podem ser considerados determinantes para o posicionamento do Brasil neste fator.

QUADRO 4 – Infraestrutura e logística

Subfator	Variável	Ano		
		2012	2013	2014
Infraestrutura de transporte	Qualidade das rodovias(5)	2,70	2,80	2,80
	Qualidade da infraestrutura ferroviária(6)	1,80	1,80	1,70
	Qualidade da infraestrutura portuária(7)	2,60	2,70	2,70
	Qualidade da infraestrutura de transporte aéreo	3,00	3,30	3,40
Infraestrutura de energia e de telecomunicações	Internet banda larga (número de assinantes de internet banda larga fixa por 100 habitantes)	8,60	9,20	10,10
	Telefonia móvel (número de assinantes de telefones celulares por 1000 habitantes)	1041,00	1243,00	1250,00
	Custo da energia elétrica para clientes industriais (US\$ por KWh)	0,18	0,18	0,14
	Disponibilidade de energia elétrica (razão entre a geração anual de energia elétrica e calor e o PIB, expresso em TWh/milhões de dólares)	546,00	472,00	472,00
Alfândega e operadores	Alfândega (eficiência dos processos de liberação alfandegária - escala de 1 a 5)	2,51	2,51	2,48
	Capacidade logística (competência e qualidade dos serviços de logística - escala de 1 a 5)	3,12	3,12	3,05
	Rastreabilidade (capacidade de rastrear carga despachada - índice de 1 a 5)	3,42	3,42	3,03
	Pontualidade (frequência com que a carga chega ao destinatário dentro do prazo programado - escala de 1 a 5) (8)	3,55	3,55	3,39

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(5) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia as rodovias do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).

(6) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia o sistema ferroviário do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).

(7) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia a infraestrutura portuária do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).

(8) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia infraestrutura de transporte aéreo do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).

O fator “Infraestrutura e logística”, nos últimos dois anos, vistos apresentam queda após um ano de recuperação de algumas posições. Nos anos de 2013 e 2014 observa-se que o subfator que apresenta os piores resultados nas variáveis que o compõem e que pode ser responsável pela posição dos últimos 2 anos é o fator “Alfândega e operadores”.

QUADRO 5 – Peso dos tributos

Variável	Ano		
	2012	2013	2014
Receita total de impostos (percentagem do PIB)	25,40	23,40	23,40
Pagamento de impostos pelas empresas(9)	67,10	69,30	69,00
Impostos sobre o lucro das empresas (alíquota acumulada dos impostos incidentes)	34,00	34,00	34,00
Impostos indiretos (alíquota acumulada)	19,00	19,00	19,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(9) Total de impostos recolhidos pela empresa como percentagem de seu lucro (imposto sobre o lucro da empresa, contribuições sociais e impostos incidentes sobre a mão de obra, impostos sobre propriedade e obra, impostos sobre propriedade e sobre transferência de propriedade, impostos sobre dividendos, ganhos de capital e transações financeiras).

No fator correspondente ao Quadro 5, “Peso dos tributos” observamos que os resultados não mudam de forma relevante durante os 3 anos analisados. Deve-se alertar a respeito deste fator a importância que este tem na a manutenção ou a possibilidade de novos investimento aos quais dependem de um estímulo do governo através de incentivos fiscais, principalmente, conforme a importância dada aos fatores determinantes do Capítulo 3.

QUADRO 6 – Ambiente macroeconômico

Variável	Ano		
	2012	2013	2014
Taxa de inflação (índice de preço ao consumidor - variação anual - percentagem)	6,60	5,40	6,20
Dívida bruta do governo (percentagem do PIB)	66,20	68,50	66,30
Formação bruta de capital fixo (percentagem do PIB)	19,30	18,10	18,40
Investimento estrangeiro direto no país (percentagem do PIB)	2,70	2,90	2,90
Taxa de câmbio efetiva real (10)	106,30	94,80	89,10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(10) Taxa de câmbio efetiva real (média mensal) na data de referência, expressa como percentagem da média aritmética das taxas mensais.

No quadro do fator “Ambiente macroeconômico” pode-se observar que as posições melhoraram nos últimos 2 anos, segundo o Quadro 10, podendo ser interpretado pela tentativa de estabilidade do governo, sabendo da importância que está relacionada aos investimentos estrangeiros atuantes no país.

QUADRO 7 – Ambiente microeconômico

Variável	Ano		
	2012	2013	2014
Barreira tarifária (alíquota alfandegária média ponderada pelo volume de comércio)	11,60	11,30	11,40
Dimensão do mercado doméstico (11)	5,70	5,70	5,70
Intensidade da concorrência no mercado doméstico (12)	5,10	5,00	5,27

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(11) PIB mais o valor das importações de bens e serviços menos o valor das exportações de bens e serviços, normalizado para uma escala de 1 a 7.

(12) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia a intensidade da concorrência no mercado doméstico do país? (1 = limitada na maioria das indústrias; 7 = intensa na maioria das indústrias).

A retração na posição brasileira, percebida no Quadro 10, de 2012 em relação a 2010, e do ano de 2014 comparado a 2013 no fator “Ambiente microeconômico” pode ser refletido pela variável “Barreira tarifária”.

QUADRO 8 - Educação

Subfator	Variável	Ano		
		2012	2013	2014
Disseminação da educação	Matrículas no ensino médio (13)	105,80	105,80	99,40
	Matrículas na educação superior (14)	25,60	25,60	31,00
	População com ensino médio completo (parcela da população entre 24 e 35 anos com ensino médio completo)	52,00	57,00	59,00
	População com educação superior completa (parcela da população entre 24 e 35 anos com educação superior)	12,00	13,00	14,00
Qualidade da educação	Avaliação da educação em leitura (nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de leitura)	412,00	410,00	410,00
	Avaliação da educação em matemática (nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de matemática)	386,00	391,00	391,00
	Avaliação da educação em ciências (nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de ciências)	405,00	405,00	405,00
Gastos com educação	Gasto público em educação (percentagem do PIB)	4,97	4,97	4,97
	Gasto público per capita em educação (US\$ per capita)	559,00	559,00	559,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(13) Razão entre o número de estudantes matriculados no ensino médio e a população na faixa etária que corresponde oficialmente a esse nível de educação.

(14) Razão entre o número de estudantes matriculados na educação superior e a população na faixa etária que corresponde oficialmente a esse nível de educação.

O fator “Educação” mantém-se constante, sem avanços significativos ao longo dos 4 anos. O resultado da variável “Matrículas no ensino médio” apresenta uma piora de 2012 a 2014, mas não é suficiente para influenciar a ponto de deslocar o Brasil para posição inferior. A CNI chama a atenção, como visto no Capítulo 3, para a qualidade da educação no Brasil Segundo a Confederação Nacional da Indústria, é um dos problemas para se obter mão de obra qualificada com capacidade para trabalhar com a criação de inovações e tecnologia no processo produtivo. Principalmente pela ineficiência na oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, o que restringe a indústria na sua capacidade de inovar, atrapalhando no avanço em relação ao nível competitivo dela.

QUADRO 9 – Tecnologia e inovação

Subfator	Variável	Ano		
		2012	2013	2014
Apoio governamental	Despesa total com P&D (percentagem do PIB)	1,16	1,16	1,21
	Pessoal total dedicado a P&D no país per capita (pessoa dedicada em tempo integral a P&D - equivalente - por 1000 pessoas)	1,39	1,40	1,40
	Compra governamental de produtos de tecnologia avançada (15)	3,80	3,50	3,37
P&D e inovação nas empresas	Gastos de P&D nas empresas (percentagem do PIB)	0,55	0,55	0,55
	Pessoal dedicado a P&D nas empresas per capita (pessoa dedicada em tempo integral a P&D - equivalente - por 1000 pessoas)	0,29	0,29	0,29
	Capacidade de inovação (16)	3,70	4,00	4,10

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2012;2013;2014).

(15) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: As decisões de compra do governo promovem a inovação tecnológica no país? (1 = não, de modo nenhum; 7 = sim, extremamente eficiente).

(16) Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como as empresas obtêm tecnologia no país? (1 = exclusivamente pelo licenciamento ou cópia de empresas estrangeiras; 7 = realizando pesquisa e introduzindo novos produtos e processos desenvolvidos pela empresa).

Os resultados das variáveis que estão relacionada com o fator “Tecnologia e inovação” podem ser observadas no Quadro 9. O que pode ser percebido através dos resultados apresentados neste quadro é a carência de investimentos por parte do governo, principalmente, no subfator “Apoio governamental” e pouca empregabilidade de tecnologia e investimento em P&D nas empresas.

Uma manutenção na posição do Brasil em relação ao outros 14 países delega que não há nenhuma ação suficiente para que ela possa ser mudada. E, como já ressaltado no Capítulo 3, a empresa só alcança ganhos de produtividade, nos dias atuais, por meio da inovação, diferenciando seu produto ou serviço no mercado.

QUADRO 10 – Evolução da posição do Brasil no conjunto dos países selecionados

Fatores	Relatório Competitividade Brasil 2010	Relatório Competitividade Brasil 2012	Relatório Competitividade Brasil 2013	Relatório Competitividade Brasil 2014
Disponibilidade e custo da mão de obra	10º (entre 11)	4º (entre 13)	7º (entre 14)	4º
Disponibilidade e custo do capital	14º	14º	14º	15ª
Carga tributária	13º	13º	14º	13º
Infraestrutura e logística	12º	11º	13º	14º
Ambiente Macroeconômico	14º	14º	10º	12º
Ambiente Microeconômico	9º	11º	13º	11º
Educação	9º (entre 9)	8º (entre 10)	9º (entre 11)	9º (entre 11)
Tecnologia e inovação	8º	7º (entre 13)	8º (entre 14)	8º

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI (2010;2012;2013;2014).

Os 15 países selecionados, conforme Anexo I, nestes relatórios são: África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coréia, Espanha, Índia, México, Polônia, Rússia e Turquia.

4.2 Avaliação da posição do Brasil entre 2010 e 2012

Conforme o relatório lançado em 2012, que apresenta uma comparação entre o relatório Competitividade Brasil 2012 com o relatório anterior - Competitividade Brasil 2010, observa-se uma diferença de 6 posições em relação ao posicionamento do Brasil no fator “Custo de disponibilidade de mão de obra”. O principal subfator que proporciona essa melhora na posição do país pode-se dizer que foi a “Crescimento da disponibilidade da mão de obra”, a qual mostra um salto da posição do Brasil de 8º (entre 14 países) em 2010 para a posição de 4º (entre 14) em 2012.

No fator “Educação” houve uma pequena melhora na posição do Brasil, que passou de 9º (entre 9) para 8º (entre 10), especialmente pelo aumento com os gastos com educação. O subfator “Gastos com educação” (em 2010 o Brasil se encontrava na 8ª posição e passou para a 6ª posição em 2012) e principalmente a variável “Gasto público per capita em educação” contribuíram para este avanço.

Observa-se, por último, no fator “Tecnologia e inovação” avanço de uma posição em relação aos outros 13 países, de 8º lugar em 2010 para 7º em 2012. Isso pode ser observado no subfator “Apoio governamental”, o qual no conjunto de suas variáveis (despesa total com P&D, pessoal total dedicado a P&D no país per capita e compra governamental de produtos de tecnologia avançada), obteve avanço de uma posição.

No fator “Ambiente microeconômico” registra-se uma queda na posição brasileira em relação aos outros 13 países. A queda de 9º em 2010 para 11º em 2012 está relacionada, principalmente, ao subfator “Barreira tarifária” (alíquota alfandegária média ponderada pelo volume de comércio), o qual apresentou queda de 8º para 13º.

O Brasil continuou na mesma posição nos fatores “Disponibilidade e custo do capital”, “Carga tributária” e “Ambiente macroeconômico”.

4.3 Avaliação da posição do Brasil entre 2012 e 2013

A posição do Brasil melhorou em 2 subfatores: “Custo de mão de obra” e em “Ambiente macroeconômico”. Este último deslocou o Brasil 4 posições acima comparado com o relatório do ano anterior (2012), da posição de 14º passou para 10º.

A melhora no resultado do subfator custo de mão de obra, não fora suficiente para melhorar a posição do Brasil em relação aos outros 14 países, no conjunto que forma o fator “Disponibilidade e custo da mão de obra”, o qual, ainda, devido ao subfator “Crescimento da força de trabalho” obteve uma queda na posição.

Como já observado no parágrafo anterior, o Brasil registrou uma queda na sua posição no fator “Disponibilidade e custo de mão de obra”, de 4º (entre 13) registrado em 2012, passou para 7º (entre 14) em 2013. Pode-se observar uma queda significativa na variável “Crescimento da força de trabalho”, o qual tivera crescimento de 3,05% em 2012 e em 2013 caiu para 1,60%.

O Brasil ainda perdeu posições nos fatores “Peso dos tributos”, “Infraestrutura e logística” e “Ambiente microeconômico”.

4.4 Avaliação da posição do Brasil entre 2013 e 2014

Em relação aos outros países o Brasil melhorou sua posição de 7º (entre 14) em 2013, para 4º em 2014 no fator “Disponibilidade e custo de mão de obra”. No fator “Ambiente microeconômico” também ascendeu 2 posições.

No fator “Infraestrutura e logística”, o Brasil continua perdendo posições, e no fator “Ambiente macroeconômico” depois de recuperar duas posições no ano de 2013 em relação ao ano 2012, em 2014 voltou a ocupar a posição de 12º.

No Capítulo 2, quando observados as principais metas do Plano Brasil Maior estas estão relacionadas, principalmente à inovação e apoio à competitividade, mas parecem deixar de lado, como metas, alguns fatores importantes para o desenvolvimento competitivo da indústria. Os desafios relacionados ao capital humano, tributação e defasagem na infraestrutura e logística do país parecem não integrar, como meta, os últimos planos de política industrial.

Para superar os desafios aqui apresentados o Brasil necessita de planos que integrem todos estes e efetivamente façam efeito no nível competitivo da indústria. Manter o foco em somente alguns destes fatores pode apresentar algum resultado positivo, porém outros fatores que não estão sendo “trabalhados” podem retrair um melhora proporcionada por estes primeiros, os quais estão no foco das políticas, não mostrando um resultado positivo e, sim, uma situação constante. Essa situação constante não é favorável à medida que percebe-se a velocidade com que outras economias conseguem ser competitivas no mercado mundial.

5 CONCLUSÃO

O estudo em questão teve sua ideia principal voltada para a observação dos desafios da indústria brasileira em relação ao tema competitividade. A monografia teve a pretensão ressaltar a importância de elevar o nível competitivo da indústria brasileira e mostrar os principais desafios para alcançá-lo. Começando por um histórico do desenvolvimento da indústria brasileira e as políticas industriais aplicadas nos períodos, cada qual com o objetivo de suprir as necessidades da indústria em cada estágio. O questionamento inicial que adentrou essa pesquisa fora: quais os principais desafios para o aumento da competitividade da indústria brasileira? E, após essa, surgiram outras: 1) como estes desafios estão inseridos nas políticas econômicas a favor do desenvolvimento da indústria; e, 2) quais os principais resultados dos fatores que servem de medida para a competitividade?

Puderam-se observar os principais fatores: disponibilidade e custo de mão de obra, disponibilidade e custo de capital, infraestrutura e logística, peso dos tributos, ambiente macroeconômico, ambiente microeconômico, educação e tecnologia e inovação, os quais influenciam a competitividade segundo a Confederação Nacional da Indústria expõem em seus relatórios, e os resultados das variáveis associadas a eles alertam para a carência de desenvolvimento da maioria deles quando comparados com outros países. Percebe-se como estes fatores se comportaram ao longo dos últimos 5 anos. Os resultados obtidos diante da análise comparativa com os outros 14 países mostram que o Brasil não obteve desenvolvimento significativo em nenhum dos fatores durante os últimos 5 anos.

Utilizando os métodos explicativo e descritivo um breve histórico introduziu o desenvolvimento da indústria através das políticas industriais, as quais estão explicadas teoricamente logo após. Pôde-se, também, caracterizar os fatores, conjuntamente com seus subfatores e variáveis relacionadas, ressaltada sua importância para aumentar o nível de competitividade da indústria brasileira e os resultados obtidos do ano de 2010 ao ano de 2014.

As políticas governamentais atuais para o desenvolvimento de áreas “críticas” da indústria dão grande ênfase, entre outros fatores, à inovação, mas quando

observados os resultados deste no capítulo 4, e quando o Brasil é comparado a outros países com características sócio-econômicas semelhantes, os resultados não parecem suficientes após importância arrebatada dos programas recentes.

Os desafios aqui elencados não devem ser deixados de lado nas políticas governamentais. Precisam ser estudados, pois são de grande importância, para que soluções sejam propostas em favor do desenvolvimento de cada um deles. A carência percebida no desenvolvimento da capacidade competitiva pode ser o principal fator desencadeante da queda na produção industrial nos últimos tempos, mas esta questão poderá ser respondida em outra análise futura.

REFERÊNCIAS

BAEHR, W. **A economia brasileira**. Tradução da 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1996.

BEHRMAN, J; **Política Industrial: a reestruturação internacional e as multinacionais**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2010: uma comparação com países selecionados: uma chamada para ação / Confederação Nacional da Indústria**. Brasília, DF, 2010.
<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F223BC8749C.htm>. Acessado em 09 dez 2014.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2012: uma comparação com países selecionados: uma chamada para ação / Confederação Nacional da Indústria**. Brasília, DF 2012.
<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F223BC8749C.htm>. Acessado em 09 dez 2014.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2013: uma comparação com países selecionados: uma chamada para ação / Confederação Nacional da Indústria**. Brasília, DF 2013.
<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F223BC8749C.htm>. Acessado em 09 dez 2014.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2014: uma comparação com países selecionados: uma chamada para ação**. Confederação Nacional da Indústria. Brasília, DF 2014.
<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F223BC8749C.htm>. Acessado em 09 dez 2014.

CANO, W. DA SILVA, A. L. G. **Política industrial do governo Lula**. Texto para discussão - IE/UNICAMP. N.181. Julho 2010. Acessado em 21 maios 2014.
http://jornalqgn.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf

DELGADO, I. J. G. [org]. **Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha**. (séries cadernos da Indústria ABDI, v. X). Janeiro, 2011.

FERRAZ, J. C.; MENDES, G.; KUPFER, D. **Política industrial**. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. [org]. Economia industrial. São Paulo: Editora Campus, 2002.

FONSECA, P.C.D.; **O Processo de Substituição de Importações**. Cap. 11; 2009.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, E.A. **A Experiência Recente da Política Industrial no Brasil: Uma Avaliação**. Texto para discussão – IPEA. N.409. Abril 1996.

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2047/1/TD%20409.pdf>. Acessado em 22 maio 2014.

KUPFER, D; HASENCLEVER, L. [org]. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. São Paulo: Editora Campus, 2002.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015**. Confederação Nacional da Indústria – CNI. 2005.

BRASIL. Confederação Nacional da Indústria. **Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022**. Confederação Nacional da Indústria – CNI. 2ª ed. Brasília, 2013.

Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica 2008. Instituto Brasileiro de Economia e Estatística – IBGE.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pintec/2008/default.shtm>. Acessado em 9 dez 2014.

REGO, J. M; MARQUES, R. M. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, H; **Grupos de interesse e redes de políticas públicas: Uma análise de formulação de política industrial**. Revista de Ciências Sociais, ano 2, nº1, junho/2002.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SUZIGAN, W; **Experiência histórica de política industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, vol 16, nº 1 (61). Janeiro-março/96.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VELOSO, F; FERREIRA, P.C; GIAMBIAGI, F; PESSÔA, S; [org] **Desenvolvimento Econômico – Uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Anexo I

Países selecionados

	Relatório Competitividade Brasil 2010	Relatório Competitividade Brasil 2012	Relatório Competitividade Brasil 2013	Relatório Competitividade Brasil 2014
1	África do Sul	África do Sul	África do Sul	África do Sul
2	Argentina	Argentina	Argentina	Argentina
3	Austrália	Austrália	Austrália	Austrália
4	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
5	Canadá	Canadá	Canadá	Canadá
6	Chile	Chile	Chile	Chile
7	China	China	China	China
8	Colômbia	Colômbia	Colômbia	Colômbia
9	Coréia	Coréia do Sul	Coréia	Coréia
10	Espanha	Espanha	Espanha	Espanha
11	Índia	Índia	Índia	Índia
12	México	México	México	México
13	Polônia	Polônia	Polônia	Polônia
14	Rússia	Rússia	Rússia	Rússia
15	*	*	Turquia	Turquia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI.

Anexo II

Descrição e fonte das variáveis		
Nome	Descrição	Fonte (original)
Disponibilidade e custo da mão de obra		
Custo da mão de obra		
Níveis de remuneração na indústria manufatureira	Remuneração total do trabalhador por hora de trabalho (salários mais benefícios complementares) US\$.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Produtividade do trabalho na indústria	PIB industrial (PPP) por pessoa ocupada na indústria - US\$.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Disponibilidade de mão de obra		
Participação da PEA na população	População economicamente ativa como percentagem da população total com mais de 15 anos.	International Labour Organization.
Crescimento da força de trabalho	Variação percentual anual	IMD World Competitiveness Yearbook.
Disponibilidade de custo do capital		
Custo do capital		
Spread da taxa de juros	Diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa de depósito.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Taxa de juros real de curto prazo	Taxa do mercado monetário ou taxa de operações de crédito do Banco Central.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Disponibilidade do capital		
Facilidade de acesso a inanciamento	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é obter um empréstimo bancário apenas com um bom plano de negócios, mas sem nenhuma garantia? (1 = muito difícil; 7 = muito fácil).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.

Financiamento no mercado de ações local	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é levantar recursos emitindo ações no mercado de ações?(1 = muito difícil; 7 = muito fácil).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Disponibilidade de venture capital	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Quão fácil é para empresários com projetos inovadores, mas de risco obter venture capital? (1 = muito difícil; 7 = muito fácil).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Sistema Financeiro		
Ativos do setor bancário	Porcentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Classificação do crédito do país	Classificação em uma escala de 1 a 100 pelo Institutional Investor Magazine.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Disponibilidade de serviços financeiros	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: O setor financeiro em seu país oferece uma gama variada de produtos e serviços às empresas? (1 = nenhuma variedade; 7 = oferece uma ampla variedade).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Infraestrutura e logística		
Infraestrutura de transporte		
Qualidade das rodovias	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia as rodovias do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Qualidade da infraestrutura ferroviária	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia o sistema ferroviário do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Qualidade da infraestrutura portuária	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia a infraestrutura portuária do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.

Qualidade da infraestrutura de transporte aéreo	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia infraestrutura de transporte aéreo do país? (1 = muito subdesenvolvido; 7 = abrangente e eficiente pelos padrões internacionais).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Infraestruturas de energia e de telecomunicações		
Internet banda larga	Número de assinantes de internet banda larga fixa por 100 habitantes.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Telefonia móvel	Número de assinantes de telefones celulares por 1000 habitantes.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Custo da energia elétrica para clientes industriais	US\$ per kWh.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Disponibilidade de energia elétrica	Razão entre a geração anual de energia elétrica e calor e o PIB, expresso em TWh/milhões de dólares.	Calculado a partir de dados do CO2 Emissions from Fuel Combustion (2011 Edition), IEA, Paris.
Alfândega e operadores		
Alfândega	Eficiência dos processos de liberação alfandegária - escala de 1 a 5.	Trade Logistics in the Global Economy, World Bank.
Capacidade logística	Competência e qualidade dos serviços de logística - escala de 1 a 5.	Trade Logistics in the Global Economy, World Bank.
Rastreabilidade	Capacidade de rastrear carga despachada - índice 1 a 5.	Trade Logistics in the Global Economy, World Bank.
Pontualidade	Frequência com que a carga chega ao destinatário dentro do prazo programado - escala 1 a 5.	Trade Logistics in the Global Economy, World Bank.
Peso dos tributos		
Receita total de impostos	Porcentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Pagamento de impostos pelas empresas	Total de impostos recolhidos pela empresa como porcentagem de seu lucro (imposto sobre o lucro da empresa, contribuições sociais e impostos incidentes sobre a mão de obra, impostos sobre propriedade e obra, impostos sobre propriedade e sobre transferência de propriedade, impostos sobre dividendos, ganhos de capital e transações financeiras).	World Bank, Doing Business.

Impostos sobre o lucro das empresas	Alíquota acumulada dos impostos incidentes.	KPMG's Corporate and Indirect Tax Rate Survey.
Impostos indiretos	Alíquota acumulada.	
Ambiente macroeconômico		
Taxa de inflação	Índice de preço ao consumidor - variação anual – percentagem.	Fundo Monetário Internacional.
Dívida bruta do Governo	Percentagem do PIB.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Formação bruta de capital fixo	Percentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Investimento estrangeiro direto no país	Percentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Taxa de câmbio efetiva real	Taxa de câmbio efetiva real (média mensal) na data de referência, expressa como percentagem da média aritmética das taxas mensais.	Calculado a partir da taxa de câmbio efetiva real estimada pelo Bank for International Settlements.
Ambiente microeconômico		
Barreira tarifária	Alíquota alfandegária média ponderada pelo volume de comércio.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Dimensão do mercado doméstico	PIB mais o valor das importações de bens e serviços menos o valor das exportações de bens e serviços, normalizado para uma escala de 1 a 7.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Intensidade da concorrência no mercado doméstico	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: Como avalia a intensidade da concorrência no mercado doméstico do país? (1 = limitada na maioria das indústrias; 7 = intensa na maioria das indústrias).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Educação		
Disseminação da educação		
Matrículas no ensino médio	Razão entre o número de estudantes matriculados no ensino médio e a população na faixa etária que corresponde oficialmente a esse nível de educação.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
Matrículas na educação superior	Razão entre o número de estudantes matriculados na educação superior e a população na faixa etária que corresponde oficialmente a esse nível de educação.	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.

População com ensino médio completo	Parcela da população entre 25 e 34 anos que concluiu o ensino médio.	Education at a Glance, OECD.
População com educação superior completa	Parcela da população entre 25 e 34 anos que concluiu a educação superior.	Education at a Glance, OECD.
Qualidade da educação		
Avaliação da educação em leitura	Nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de leitura.	PISA Reports, OECD.
Avaliação da educação em matemática	Nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de matemática.	PISA Reports, OECD.
Avaliação da educação em ciências	Nota média referente ao desempenho de estudantes de 15 anos de idade em teste de ciências.	PISA Reports, OECD.
Gastos com educação		
Gasto público em educação	Porcentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Gasto público per capita em educação	US\$ per capita.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Tecnologia e inovação		
Apoio governamental		
Despesa total com P&D	Porcentagem do PIB.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Pessoal total dedicado a P&D no país per capita	Pessoa dedicada em tempo integral a P&D (equivalente) por 1000 pessoas.	IMD World Competitiveness Yearbook.
Compra governamental de produtos de tecnologia avançada	Variável gerada a partir de respostas à pergunta: As decisões de compra do governo promovem a inovação tecnológica no país? (1 = não, de modo nenhum; 7 = sim, extremamente eficiente).	The Global Competitiveness Report, World Economic Forum.
P&D e inovação nas empresas		
Gastos de P&D nas empresas	Porcentagem do PIB	IMD World Competitiveness Yearbook.
Pessoal dedicado a P&D nas empresas per capita	Pessoa dedicada em tempo integral a P&D (equivalente) por 1000 pessoas.	IMD World Competitiveness Yearbook.

Capacidade de inovação

Variável gerada a partir de respostas à pergunta:
Como as empresas obtêm tecnologia no país? (1 = exclusivamente pelo licenciamento ou cópia de empresas estrangeiras; 7 = realizando pesquisa e introduzindo novos produtos e processos desenvolvidos pela empresa).

The Global Competitiveness Report,
World Economic Forum.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CNI.